



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Contribuições

A Conferência da Primavera, que está a ser preparada pela Comissão de Assuntos Económicos da Assembleia da República, poderá vir a consubstanciar um bom momento de reflexão sobre a realidade das Micro e Pequenas Empresas Portuguesas e da necessidade absoluta na inflexão das mais variadas políticas que as discriminam, retirando-lhes parte do seu potencial competitivo nos planos interno e externo.

Como é por demais conhecido, o tecido económico português é essencialmente composto de Micro e Pequenas empresas, de acordo com os dados disponíveis, apresenta uma totalidade percentual de cerca de 97%, que na sua larga maioria laboram para e com o mercado interno. Assim, julgamos claro que quaisquer medidas que visem a dinamização da actividade económica devem ter em conta as suas reais características ao nível dos recursos e necessidades.

A CPPME, tal como o Governo, os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, as mais diversas instituições nacionais e o próprio povo, estarão nesta altura, muito preocupados com o rumo da economia Portuguesa. Neste âmbito, independentemente do enfoque que o Governo pretende para o sector exportador, como resposta de combate ao défice e à dívida pública, modelo de que não discordamos em absoluto, deverão ser ponderadas e agilizadas políticas de **animação do mercado interno**, que potenciem a tal esmagadora maioria do nosso tecido empresarial que não emite fluxos de exportação, mas que com outro tipo de soluções poderá almejar poder vir a fazê-lo. A CPPME, tem a perfeita convicção de que uma das estratégias fundamentais para o desenvolvimento do tecido empresarial nacional seria uma **aposta clara e inequívoca nas Micro e Pequenas Empresas do sector do comércio**, que com dificuldades jamais sentidas, continuam a encher os muitos aglomerados populacionais deste país e a comprar, para revender aos seus clientes, produtos "made in Portugal". Além disso este sector, nas Micro e Pequenas Empresas, continua a manter índices mais baixos de trabalho precário, ao contrário das muitas Grandes Superfícies e Mega Centros Comerciais, que ao inundar o nosso território de forma tão intensa, têm vindo absorver os mais variados ramos de actividade, outrora na posse de muitas Micro e Pequenas Empresas. Estes Grandes Consórcios transnacionais provenientes do actual estado da globalização económica, promovem muitas das importações que detemos, contribuindo em larguíssima escala para o crescimento negativo da nossa balança comercial com o exterior e logo para os aumentos do défice e da dívida pública. Para além disso, consideramos igualmente essencial o Estado Português perceber a **importância do sector da construção civil e obras públicas nas Micro e Pequenas Empresas**, para a dinamização do nosso mercado interno.

A CPPME, considera de extrema importância proceder à realização de um estudo **de caracterização do sector empresarial português a nível regional e sectorial**, uma vez que temos perfeita consciência de que para se poder legislar com eficácia haverá, neste caso, que conhecer os destinatários que vão ser o alvo desse instrumento.

No concreto, é necessário que se conheça, pelo menos ao nível das regiões:

- ❖ A estrutura empresarial portuguesa - os números reais de micro, pequenas, médias e grandes empresas existentes;
- ❖ Os sectores de actividade em que operam;
- ❖ O número de trabalhadores que empregam;



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

- ❖ Os mercados de destino dos bens e serviços gerados – Interno/Externo
 - Dentro ou fora da U.E; Mercados emergentes; PALOP´s; Países da Lusofonia ou seja, eventuais parceiros preferenciais.

Por outro lado, consideramos forçoso haver **uma audição constante aos Micro e Pequenos Empresários**, aos seus verdadeiros representantes, conhecer as suas ideias, os seus propósitos, os constrangimentos estratégicos que os afectam a nível fiscal e que os discriminam negativamente, retirando-lhes muita da dimensão competitiva e de sustentabilidade que poderiam deter. **Medidas essenciais como a extinção do Pagamento Especial por Conta, o Pagamento do IVA no acto da boa cobrança, ou a publicação dos rácios de rentabilidade dos mais variados sectores de actividade**, entre outros, tornam-se fundamentais para a prossecução de níveis de desenvolvimento genéricos mais equitativos e justos no todo fiscal nacional.

Por tudo o que temos vindo a referir, a CPPME, considera da mais elementar justiça a **atribuição de uma Prestação Social de Apoio aos Empresários das Micro e Pequenas Empresas**, por razão de uma falência comprovadamente não fraudulenta, mediante condições já por nós apresentadas.

Além disso, a CPPME considera importante criar condições para uma aposta, profunda, na **formação, na qualificação, na certificação** aproveitando as disponibilidades do **QREN**, as **boas práticas** já existentes a nível de alguns projectos desenvolvidos nos QCA´s. Esta é uma medida que deverá ser articulada e integrada em **cenários que tenham em conta a natureza das empresas, a sua especificidade e dimensão, o sector a que pertence, as suas carências, os mercados e as diferentes condições económicas e financeiras**.

Em jeito de conclusão, a CPPME, tem a consciência de que não será por uma desorientada delapidação do Estado, que as contas públicas voltam ao seu equilíbrio. Nesta breve resenha atribuímos algumas pistas, no entanto, consideramos igualmente importante o combate à economia paralela, à publicidade enganosa, à concorrência desleal pública e privada, para além ainda de um incremento do poder de compra, garante de uma procura consistente, que potenciará um aumento generalizado do consumo, trazendo mais capacidade de emprego em Portugal.

O Presidente da Direcção, Senhor Quintino Aguiar

A Vice-Presidente, Dr.ª Clementina Henriques

O Vice-Presidente, Dr. João Pedro Soares

O Vice-Presidente, José Manta.

Arrentela – Seixal, 19 de Abril de 2010